



Argumentum

E-ISSN: 2176-9575

revistaargumentum@yahoo.com.br

Universidade Federal do Espírito Santo
Brasil

Villetti ZUCK, Débora; Guimarães NOGUEIRA, Francis Mary; da Silva ALVES, Bruna

O direito à educação e a democratização na Venezuela bolivariana

Argumentum, vol. 6, núm. 2, julio-diciembre, 2014, pp. 119-137

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=475547143010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O direito à educação e a democratização na Venezuela bolivariana

The right to education and democratization in Bolivarian Venezuela

Débora Villetti ZUCK¹
Francis Mary Guimarães NOGUEIRA²
Bruna da Silva ALVES³

Resumo: O processo de democratização da educação escolar na Venezuela e a concretização do direito à educação foram analisados nesta pesquisa desde 1999. O estudo foi realizado a partir da revisão de literatura sobre a história e as Políticas Educacionais, dos documentos da base legal e oficial e da coleta de dados disponíveis em bancos *on-line* e *sites* estatísticos. Considerando a vinculação entre educação, sociedade e Estado, a instituição escolar integra as relações sociais em mudança naquele país. Entendemos que os avanços substanciais na democratização da educação escolar em todos os níveis estão estreitamente vinculados à democratização das relações estabelecidas no interior da sociedade venezuelana, ou seja, que o povo, historicamente à margem dos bens sociais, tenha acesso à saúde, à alimentação, à habitação, ao lazer, ao trabalho, ao poder popular, enfim, às diversas dimensões da vida, como é o caso da educação.

Palavras-chave: Educação Bolivariana. Democratização. Venezuela.

Abstract: The democratization process of school education in Venezuela and the achievement of the right to education were analyzed in this research since 1999. Thus, this study was carried out based on the literature review concerning the history and educational policies as well as documents of legal and official base and available data collection on online files and statistical sites. Considering the association among education, society and the State, the school as an institution integrates social relations in that are under transition in that Country. It is believed that essential advances in the educational democratization in all levels are closely associated to democratization of some relations that have been already established within Venezuelan society. It means that people, historically outside social goods, should have access to health, food, housing, leisure, work, people power, ultimately, to several dimensions of life, such as education.

Keywords: Bolivarian Education. Democratization. Venezuela.

Submetido em 30/09/2014. Revisado em 15/11/2014. Aprovado em 22/11/2014.

¹ Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Brasil). Pedagoga na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA, Brasil). E-mail: <debi_vz@hotmail.com>.

² Graduada em Letras. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, Brasil). Pós-doutora pelo Centro de Estudios del Desarrollo da Universidad Central de Venezuela (UCV, Venezuela). Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Brasil). E-mail: <guimano@terra.com>.

³ Pedagoga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE, Brasil), campus de Cascavel. E-mail: <bruna_alvesrodrigues@hotmail.com>.

Introdução⁴

Este trabalho tem como objetivo central analisar o processo de democratização da educação escolar na Venezuela, a partir da implantação do Sistema Educativo Bolivariano, tendo como referência uma pesquisa de mestrado. O sistema tem seu germe em 1999, com a criação das Escolas Bolivarianas, em caráter experimental e em paralelo ao sistema convencional. Essa experiência ocorreu durante 3 anos, quando, em 2003, as Escolas Bolivarianas foram incorporadas ao novo mapa estratégico da educação bolivariana⁵, que, na prática, concretizou um sistema de educação por meio de ofertas de programas educativos.

No estudo desse sistema, procuramos entender, especificamente, o processo de concretização de um direito assegurado no aparato formal jurídico-político venezuelano, ou seja, a materialidade do direito à educação, efetivado por meio de programas de grande impacto social, que incidiram diretamente no processo de democratização da educação escolar em todos os níveis, na Venezuela.

A estratégia metodológica, para tanto, centralizou-se na pesquisa bibliográfica e documental, a partir da leitura e do estudo de textos concernentes à educação venezue-

lana, em seus aspectos históricos e aos delineamentos da Política Educacional, da base legal e oficial, bem como do levantamento e coleta de dados disponíveis em bancos *on-line*, tais como: o Instituto Nacional Estatístico (INE) e o Sistema Integrado de Indicadores Sociais da Venezuela (SISOV).

Assume-se como procedimento metodológico a análise sistêmica, no intuito de identificar questões mais significativas e relevantes, possibilitando uma leitura aproximada do objeto de estudo e considerações provisórias acerca dele. O processo de sistematização, sem pretender esgotar a questão, teve por nexo as relações e interconexões entre Estado, sociedade e educação.

A apreensão dessas relações e interconexões pressupõe situar a Venezuela em uma determinada unidade diversa, face ao objeto estudado, pois a dependência econômica marca a história das nações latino-americanas e, em decorrência desse processo, as condições concretas em que está inserida a instituição escolar, nesses marcos, não permitiram a democratização da educação escolar em todos os níveis pelos países da região. Os países dependentes, de uma forma geral, não viveram experiências destinadas à educação escolar de massa, com exceção de algumas experiências, como a revolucionária cubana e nicaraguense, de caráter bastante singular, como

⁴ Este trabalho é resultado de estudos desenvolvidos no Grupo de Pesquisas em Políticas Sociais (GPPS). Professores e alunos têm aprofundado temáticas no âmbito da América Latina, tal como das Políticas Educacionais na Venezuela, por meio de projetos de iniciação científica, dissertações concluídas e em andamento,

estágios pós-doutorais e outras atividades acadêmicas.

⁵ Em alusão ao ideário político-educacional dos “Simões caraquenhos”, Bolívar e Rodríguez, e a mensagem republicana, democrática, autógena, criativa e integracionista (SOLIS, 2005).

instrumento de organização da população em geral, criando uma cultura particular sobre a importância da educação escolar. Mas cabe observar, também, que a Argentina, marcada por imigrantes italianos e outras nacionalidades, incorpora o direito à educação escolar e, nas primeiras décadas do século XX, universaliza sua educação primária.

Partícipe desses ideais, a Venezuela, desde a Carta Constitucional de 1999, tem reconhecido que a educação escolar é um direito social fundamental e, como tal, deve ser para e de todos. Essa afirmação, de base legal e expressa em documentos oficiais, permite a grande parte da sociedade, excluída dos bens educacionais, lutar pela concretização desse ideal, apesar das tensões internas do Estado e da polarização social nos governos Chávez.

Assim, ao tratar da democratização no âmbito da educação escolar venezuelana, estamos nos referindo ao processo de abertura às amplas camadas populacionais, proporcionando a universalização do acesso e, a partir dela, as condições de permanência e conclusão, o que inclui, também, a participação dos sujeitos na condução da educação, no desenho e na implementação de políticas. E esse é um tema complexo, mas importante e atual, pois ainda é um desafio para muitos países. Isso porque a educação é objeto de disputa, o que implica que o acesso universal e gratuito em todos os níveis educativos seja um terreno de tensão, em vista dos interesses de classes sociais distintas.

Disputa que, a exemplo do caso venezuelano, resiste às políticas privatizadoras, reducionistas e estandardizadas na área educacional, diante da qual a educação bolivariana emerge como alternativa, almejando o acesso universal, ao mesmo tempo em que a sociedade venezuelana encontra-se imbricada em um processo de democratização social, sustentada na participação e no protagonismo do seu povo, em uma democracia direta e não apenas representativa-formal.

Considerando esses aspectos, inicialmente, tratamos da educação e das consequências do neoliberalismo na Venezuela, ou seja, o marco diante do qual responde o governo Chávez, freando as medidas neoliberais a partir de 1999. Na sequência, abordamos a emergência do Sistema Educativo Bolivariano, nos diversos programas que o compõe e apresentamos dados estatísticos referentes a eles. Por fim, estão dispostas algumas considerações sobre o processo de democratização da educação escolar na Venezuela, tendo em vista o incremento do acesso, da permanência e da culminância, relativo em todos os níveis.

Educação e neoliberalismo na Venezuela

Ao nos aproximarmos da educação venezuelana, perseguimos entendê-la desde a relação com a sociedade e o Estado. A Política Educacional, desde o início dos governos Chávez, pautou-se em programas inclusivos e massivos, a fim de promover a igualdade de condições e de oportunidades, de modo a conquistar condições concretas de acesso e permanência na educação escolar, em todos os níveis, às massas historicamente marginalizadas desse bem

social. Inclusive, como forma de responder às demandas sociais, mediante os resultados nefastos de quase duas décadas do neoliberalismo, com o desmantelamento do ensino, a deterioração da infraestrutura física das escolas e a cobrança de matrícula que afetavam a educação da classe trabalhadora e de uma massa de trabalhadores informais.

Conforme Casanova (2008), o país viveu um período de fácil expansão da educação entre o final de 1950 e 1970, resultante dos altos lucros da extração do petróleo. Esse crescimento foi revertido em Políticas Sociais, como educação pública. No entanto, com a crise da dívida externa, a recessão econômica e as novas políticas de desenvolvimento orientadas pelos Planos de Estabilização do Fundo Monetário International e o Consenso de Washington, os anos de 1980 e 1990 forjaram o período da perda de impulso educativo.

No auge das reformas neoliberais com o crescimento demográfico, revelou-se a incapacidade do Estado em incorporar à escola a população em idade escolar, devido a problemas de infraestrutura e à disparidade na distribuição dos serviços educacionais públicos – marcados por segmentações organizacionais, como diferenciação na oferta, na escolaridade em todos os níveis, no desempenho e nos resultados educativos, e desequilíbrios na distribuição territorial dos serviços, afetando, principalmente, a população fronteiriça, indígena e rural, que apresentam índices mais altos de pobreza – gerando, com isso, a desigualdade educativa (CASANOVA, 2008).

Como sabemos, a correlação de forças, no final do século XX, esteve hegemonizada pelas políticas neoliberais, predominante, também, na educação. Essa peculiaridade não se restringiu ao caso venezuelano, uma vez que a Reforma Educativa das décadas de 1980 e 1990, guardadas as particularidades, atingiu os vários países da América Latina como parte da chamada Reforma do Estado (GAJARDO, 2000; OSZLAK, 1999). Desde a origem da Reforma, nos empréstimos de ajustes estruturais e setoriais do Banco Mundial, os países latino-americanos promoveram a reestruturação de caráter produtivo, culminando com o receituário orientado para a América Latina e o estabelecimento de diretrizes aos países periféricos, em uma concepção de educação como variável de desenvolvimento. O argumento central em relação ao problema do sistema educativo na região era a forma de gestão que deveria ser reformada, institucionalmente, para melhorar a eficiência e a eficácia do sistema, descentralizando e transferindo funções e custos, avaliando os resultados, mas sem aumento de financiamento.

Coerente com esse processo, iniciado na Venezuela em 1989, postulava-se a necessidade de reformular a Política Educacional, com vistas a adequar os conteúdos curriculares, caracterizando-os como abertos e flexíveis (NÚÑEZ, 2005 apud MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007).

A agenda reformista pautava-se na gestão dos serviços, por meio de estratégias de descentralização, transferência de custos e responsabilidades administrativas, ge-

rando múltiplas fragmentações na organização escolar venezuelana. Estava posto o controle e a minimização dos gastos públicos, deixando a cargo da sociedade a captação de outras fontes financeiras, inclusive aumentando a cobrança da matrícula, o que levou à deterioração das escolas públicas e, por outro lado, corroborou para fortalecer o novo mercado, ou seja, a rede privada de ensino, com destaque para a de caráter confessional, defensora dos interesses da elite venezuelana.

Inscritos nesse contexto, os governos de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e Rafael Caldera (1993-1998), com a adoção e execução de pacotes de ajustes estruturais, também formularam Políticas Educacionais com um pensamento totalmente contrário aos interesses da maioria da população. Assim, estabeleceram-se políticas privatizadoras, reducionistas e estandardizadas, pois estavam focalizadas e parcializadas a setores específicos. Priorizou-se, então, a função normativa da educação em detrimento à formativa e os recursos foram insuficientes (RATJES, 2009).

Na tentativa de reverter esse processo, os governos Chávez, a partir de 1999, desenvolveram ações com o objetivo de resgatar o caráter público da educação, ampliando a cobertura educacional e incorporando os excluídos do acesso a esse bem social, por

meio de políticas de grande impacto social, que propuseram-se como contraponto frontal às políticas de cunho neoliberal. Evidências econômicas e sociais permitiram o entendimento político de que a sociedade venezuelana está em transição, em razão da crise do regime político representativo e clientelista (ARAQUE; ROJAS, 2007; GIORDANI, 2009). Essa transição orientada pela democracia sustenta-se na participação e no protagonismo do povo, com mudanças nas formas de propriedade⁶, no incentivo legal e no investimento à participação popular⁷. Esses novos aspectos constitucionais, segundo Álvarez (2003), não são uma mera modernização da democracia representativa. Como evidencia Rocha (2009), o poder popular é o eixo estruturante do novo Estado, o que é significativo, visto que a maioria das Constituições latino-americanas tem como cerne a preservação do Estado liberal de direito.

Dirigido pelo Estado, o incentivo às organizações populares rompe com determinadas bases jurídico-políticas das leis do mercado capitalista, induzindo e financiando programas, criando ministérios e instituições para a participação popular. A instituição escolar, como mediadora e espaço profícuo de contradições, integra essas relações sociais em mudança.

⁶ Pública, social, coletiva, mista (em cogestão com os trabalhadores) e privada (OBEDIENTE, 2008).

⁷ A Constituição incorpora novos mecanismos de participação, tais como: referendo, consultas populares e outras formas de autogestão, cogestão e cooperativas. As Assembleias de Cidadãos e os Conselhos Comunais são exemplos disso e alicerces da nova institucionalidade pública organizada em comitês de trabalho (CASANOVA, 2009). Também há

outros poderes instituídos, independentes, pois, para além dos que vigoram no liberalismo clássico, há o Poder Cidadão (por meio do Conselho Moral Republicano: Defensor do Povo, Fiscal Geral e Controlador Geral da República) e o Poder Eleitoral (Conselho Nacional Eleitoral) (VENEZUELA, 2000; 2010).

O ponto de partida da mudança é a Carta Magna de 1999, que, de acordo com Main-gon (2000), representou o primeiro grande esforço por dotar o Estado de um marco estratégico que possibilitaria sua intervenção na resolução dos problemas sociais, por meio de diversas políticas.

A concepção de Política Social da Constituição está exposta por meio dos direitos sociais que são definidos como direitos de caráter indiscutível e de aplicação imediata e universal, a saber: a saúde, a educação, a habitação, a segurança social e o trabalho. Conforme Briceño (2000), são direitos que devem ser garantidos pelo Estado, além de outros como a soberania alimentar, ambiental e dos povos originários.

Portanto, a educação está entre esses direitos. A educação venezuelana é um direito humano, um dever social, uma função in-declinável do Estado e um serviço público. O Estado tem a atribuição de intervir e orientá-la, a fim de garantir o direito de todos os venezuelanos.

O Sistema Educativo Bolivariano: emergência, perspectiva e alcance

Na área educacional, a expressão mais con-tundente dessa mudança, mencionada anteriormente, foi a implementação do Sistema Educativo Bolivariano. Sua emergênci-a está em 1999, quando as Escolas Bolivarianas⁸ foram instituídas pela Resolução nº 179, de 15 de setembro e, posteriormente,

⁸ O termo Escolas Bolivarianas é usado para referir-se ao conjunto das escolas que ministram a educação bolivariana, ou seja, remete ao Sistema Educativo Bolivariano, como também para referir-se ao nível de ensino correspondente ao 1º - 6º ano da educação primária.

foram incorporadas ao Sistema Educativo Bolivariano, implementado em 2003. Criadas para atender a população estudantil dos níveis de pré-escola, primeira e se-gunda etapa da educação primária, e utilizadas como centros de formação de adul-tos, as Escolas Bolivarianas funcionaram com caráter experimental durante um perí-o- do de três anos (JÁUREGUI, 2006).

O Sistema Educativo Bolivariano mencio-nado estrutura-se da seguinte forma: *Si-moncito* (educação infantil de zero a 6 anos); Escolas Bolivarianas (educação primária de 6 a 12 anos); Liceu Bolivariano (ensino mé-dio aos jovens entre 13 e 18 anos; educação diversificada com duração de 5 anos; ou educação técnica, ofertada pelas Escolas Técnicas Robinsonianas, no período de 6 anos); Universidade Bolivariana da Vene-zuela (ensino superior); e Missões Educati-vas: Robinson (alfabetização e educação primária), Ribas (educação secundária) e Sucre (ensino superior). Essas missões atendem a população que está fora da idade escolar, na modalidade de educação de jovens e adultos.

Esse sistema é entendido como um con-junto de elementos sistematizados, estru-turados e articulados, com objetivos e finali-dades que, a rigor, são estabelecidos pelo Estado. Explicita-se a perspectiva de edu-cação, a orientação marco e a ordenação do processo educativo em âmbito do subsis-tema de educação básica⁹ e universitária¹⁰,

⁹ Composta pela educação infantil, primária e média.

¹⁰ Correspondente à graduação e pós-graduação. O termo “universitária” designa esse nível de en-sino, atualmente, pelo entendimento de que não há uma educação superior e outra inferior.

níveis e modalidades de ensino estabelecidos na Lei Orgânica de Educação de 2009 (LOE/2009).

A educação bolivariana integra o projeto de nação orientada para refundar a república, como instrumento na formação do homem venezuelano. Dessa forma, ela “[...] se vincula al proyecto de sociedad y de país que se quiere construir, una sociedad democrática, participativa, multiétnica y pluricultural; caracterizada por la igualdad, solidaridad y la justicia social” (VENEZUELA, 2006, p. 9).

A educação bolivariana, definida como “un proceso político y socializador que se genera de las relaciones entre escuela, familia y comunidad”, é entendida como o sistema que, ao mesmo tempo, procura resolver, por meio das missões, a dívida social gerada pelo sistema de exclusão e cria o modelo de equilíbrio social, que atende, integralmente, a educação do ser social desde a gestação, com um contínuo de programas-bandeira (VENEZUELA, 2007, p. 15).

A Constituição estabelece que a educação é obrigatória e o Estado compromete-se com a oferta integral, ou seja, com jornada escolar diária de 8 horas e atenção nutricional, alimentação, saúde, formação esportiva e cultural, apoio às atividades escolares e de aparato legal no que se refere direitos e deveres. Essa educação integral tem uma

perspectiva universal, o que indica sua efetivação em todas as escolas, processo que está em andamento. A condução econômica, política e pedagógica, de forma distinta das Políticas Educacionais de cunho neoliberal, propiciou o acesso das massas historicamente excluídas, seja pela educação escolar, com as Escolas Bolivarianas, ou pelas Missões Educativas. Ambas tornam-se políticas fundamentais, amplamente disseminadas pelo governo para a democratização da educação e para o alcance dos objetivos educacionais, que apontam para um novo modelo de gestar e implementar políticas.

Na educação escolar, a matrícula foi incrementada em 24% em todas as etapas e níveis do sistema educativo. No entanto, ainda há uma porcentagem relativa de crianças e jovens em idade escolar que estão fora da escola. No quadro que segue, são apresentados dados que revelam os percentuais de cobertura educativa por nível, ou seja, a população em idade escolar, ou não, que está matriculada na escola. E, a partir das taxas apresentadas, podemos depreender também sua negação, quer dizer, o percentual de não inserção. E, nesse caso, se tomarmos, por exemplo, a cobertura da educação inicial, 43% no ano letivo 1997-1998, observamos que 57% estavam desdescobertos, cifra bastante alta e que foi revertida nos anos subsequentes.

Quadro 1 – Cobertura educativa por nível

Nível	Ano letivo			
	1997-1998	2003-2004****	2009-2010	2012-2013****
Inicial	43%	59%	71%	73%
Primária	89,7%*	92%	93%**	92%
Secundária/Média	48%	62%	72%	75%

Superior/Universitária	21,8%*	-	83%***	-
------------------------	--------	---	--------	---

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Portal Educativo Nacional (2011). No informe não constam dados da educação primária e superior.

* Dado do período 1998-1999 (VENEZUELA, 2008).

** Correspondente à taxa neta, que considera a relação entre idade e ano escolar (SISOV, 2011a).

*** Referente à taxa bruta de matrícula, que desconsidera a idade escolar (AVN, 2010).

**** Referente à taxa neta (SISOV, 2014a).

Os dados revelam um incremento expressivo na cobertura educativa, em um período de pouco mais de 10 anos, com destaque para a educação inicial (infantil), média e, principalmente, a universitária, uma das mais elitizadas. Para o período 2012-2013, conforme Venezuela (2014), das 8.194.091 pessoas matriculadas na educação básica, a maioria é responsabilidade direta do setor oficial: 81,39% na educação inicial, 82,05% na primária e 78,6% na média. Com relação à educação universitária, conforme dados divulgados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2009), a Venezuela ocuparia o 5º lugar mundial e o 2º na América Latina (somente atrás de Cuba), com taxa de cerca de 2,5 vezes a média regional, que é de 34%. A estratégia para alcançar esse percentual de acesso, no nível universitário, ocorreu mediante a descentralização das nove Universidades Bolivarianas, territorialmente distribuídas para acompanhamento das Aldeias Universitárias, em cada município do país.

Em relação ao financiamento da educação, ao observarmos uma série histórica, com algumas flutuações, constatamos que há uma queda do investimento público em educação como porcentagem do PIB, ainda nos governos Chávez e no primeiro ano do governo Maduro, pois era de 4,87 em 1999; 6,0 em 2004; 5,7 em 2005; 6,3 em 2009; 4,9 em 2010; 5,3 em 2012; e 4,9 em 2013 (SISOV, 2011b; 2014b).

Além do incremento na cobertura educativa, em 2010, 92% de alunos em idade escolar não abandonaram os estudos, e apenas 2% desertou. No quadro abaixo, estão dispostos dados relacionados a esses aspectos, que expressam a permanência, ou não, no âmbito escolar.

Quadro 2 – Taxa de abandono, repetência e prosseguimento por nível educativo

Taxa	Primária			Secundária/Média		
	Ano letivo			Ano letivo		
	1998-1999	2007-2008	2011-2012	1998-1999	2007-2008	2011-2012
Abandono	12%	8,2	0,0	2,5	1,7	7,8
Repetência	6,8	3,5	3,6	11,2	4,9	4,4
Proseguimento	90,7	94,8	96,7	76,8	86,9	87,4

Fonte: SISOV (2011c; 2011d; 2011e; 2014c; 2014d; 2014e).

Os dados acima estão vinculados à qualidade da educação, pois dizem respeito às

condições de realização do processo educativo. É possível perceber uma redução das

taxas de abandono e de repetência na educação primária e na média, salvo algumas variações. Esses percentuais também expressam um crescimento no prosseguimento educativo, ou seja, uma taxa maior de continuidade do ensino. E esses elementos, por sua vez, incidem na conclusão do ensino.

Dentre as medidas adotadas que favoreceram a redução das taxas de abandono e repetência e a obtenção de taxas mais elevadas de prosseguimento educativo estão o aumento dos recursos financeiros – em determinados anos, mas não como tendência – e bolsas de estudo; a eliminação da cobrança da taxa de matrícula; o uso do texto único – as Cartilhas Bolivarianas; o programa de alimentação escolar; a construção de escola; e o desenvolvimento do programa Canaima – alfabetização digital.

Além disso, e apesar da crise econômica capitalista, do final de 2008, que atingiu grande parte dos países, o investimento social, dirigido à redução da pobreza e à melhoria da qualidade de vida dos venezuelanos, representou 45,7% do orçamento nacional para o ano fiscal de 2010. Desse total, 18% destinados à educação, 8,7% à saúde e 12% ao desenvolvimento e participação social, entre outros, como segurança social, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, o que permite um melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e distribuição da riqueza (SISOV, 2011f).

Com relação à questão social, a incorporação da população nas Missões Sociais¹¹ é uma das formas de responder aos diversos problemas sociais, pois:

[...] cada una de las cuales representa una acción social e política puntual, que se lleva a cabo fuera de la estructura burocrática tradicional del Estado burgués, a la cual se asigna una concentración sustantiva de recursos humanos y medios materiales para resolver problemas concretos en un tiempo y un espacio determinado. (OBEDIENTE, 2008, p. 119).

As Missões Sociais emergem como resultado do desfecho dos episódios entre 2002 e 2003, o golpe de Estado e a greve dos empresários, quando controlada a situação. As Políticas Sociais implementadas por meio delas são financiadas com recursos diretos da estatal petroleira, Petróleos da Venezuela S. A. (PDVSA), e não estavam vinculadas a nenhum ministério até o início de 2014, quando o presidente Nicolás Maduro criou o Vice-Ministério da Suprema Felicidade Social, que passou a coordená-las.

Dentre elas, as Missões Educativas, que também integram o Sistema Educativo Bolivariano, têm o caráter de estratégias ou programas destinados a erradicar a exclusão, embasadas no artigo 103 da Constituição: “El Estado creará y sostendrá instituciones y servicios suficientemente dotados para asegurar el acceso, permanencia y culminación en el sistema educativo [...]”

¹¹ Atualmente, são 39 Missões que atingem problemáticas diversas, tais como: alimentação, habitação, saúde, assistência social, conservação rural, soberania agroalimentar, fortalecimento do poder popu-

lar, desenvolvimento científico e tecnológico endógeno, pobreza, defesa da soberania nacional, música, diversificação da economia, uso racional da energia, redistribuição populacional sobre o espaço, entre outros (VENEZUELA, 2010a).

(VENEZUELA, 2000, p. 94). E estabelece um financiamento prioritário, mínimo e progressivo, além de bolsas de estudo, ajudas compensatórias e orientação oportuna (VENEZUELA, 2007).

A LOE/2009 reconhece as Missões como meio para garantir a universalização da educação: “El desarrollo institucional y óptimo funcionamiento de las misiones educativas para el acceso, la permanencia, prosecución y culminación de estudios de todas las personas, con el objetivo de garantizar la universalización del derecho a la educación” (VENEZUELA, 2009, p. 17).

Com relação a elas, a Missão Robinson I foi lançada em 2003 pelo Plano Nacional de Alfabetização. Contou com assessoria de 70 pedagogos cubanos e a participação de mais de cem mil voluntários, conhecidos como alfabetizadores comunitários e facilitadores. Teve como propósito erradicar 1,5 milhão de analfabetos, objetivo alcançado em um ano e meio e, em 2005, a Venezuela foi declarada “território livre de analfabetismo”, pela UNESCO, pois, naquele momento, apresentava uma porcentagem inferior a 4% de analfabetos. Passados quase 10 anos do início de seus trabalhos, em 2012, eram 1.756.250 os beneficiários dessa missão (INE, 2012).

Em 2003, ainda, foi iniciada a Missão Robinson II, que objetivou garantir a continuidade do ensino básico ao sexto ano dos que foram alfabetizados pela missão anterior ou dos que estão excluídos da educação primária. No ano de 2006, havia 1,5 milhão de pessoas matriculadas, etade desse contingente egresso da Missão

Robinson I e, em 2012, 789.438 venezuelanos foram beneficiados (INE, 2012).

A Missão Robinson III surge em 2006, dando continuidade à missão anterior, a fim de difundir e estabelecer o hábito da leitura, para a atualização de temas políticos, econômicos, sociais e culturais de interesse nacional.

Com a aplicação dessas políticas, também foi possível a alfabetização de indígenas em vários estados, além da inclusão da população carcerária nas diversas missões e da população com deficiência visual, por meio da elaboração da cartilha no Sistema Braille e materiais específicos às necessidades especiais.

Vale destacar, ainda, a internacionalização da Missão Robinson, que é desenvolvida, também, na Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, São Vicente e Granada. A implementação de convênio, para consecução do programa, ocorre a partir da realização de senso para detectar a taxa de analfabetismo nos países. Conta com assessoria cubana, acompanhamento venezuelano e é desenvolvido com o método pedagógico cubano *Yo sí puedo*, contextualizado na realidade de cada país, sua história, geografia e variações dialetais (indígenas ou de língua espanhola e inglesa) – ou com métodos mistos,

além de fazer uso de vídeo e cartilhas (OROPEZA, 2010)¹².

A Missão Ribas foi iniciada em 2003, a fim de garantir a continuidade e conclusão dos estudos na educação secundária, destinada aos alunos que aspiram ingressar na educação superior. No final de 2005, formaram-se 168 mil alunos, parte dos quais incorporou-se à Missão Sucre, que, em agosto de 2006, oferecia seus cursos a 500 mil venezuelanos. Em 2006, a Missão Ribas contava com 700 mil participantes, em todo o território nacional. Em 2012, eram 822.853 os beneficiários dessa missão (INE, 2012).

A Missão Sucre, por sua vez, foi criada, também em 2003, como alternativa ao ensino superior do país. Abrange mais de vinte programas nacionais de formação, definidos de acordo com as necessidades locais, podendo deixar de existir quando essas necessidades forem supridas. Pelo entendimento de desenvolvimento endógeno, que prioriza as potencialidades e necessidades das comunidades, a definição da oferta dos programas depende do planejamento e das demandas locais, o que justifica a existência de uma política de municipalização da educação e a formação de aldeias universitárias. Mas isso não significa a transferência da responsabilidade de financiamento, nem mesmo a ausência de uma articulação e centralização da política.

Conforme Rojas e Alvarado (2005, p. 4), assumir as missões como parte do sistema é

entendê-las como uma rede de estratégias para garantir a inclusão, a universalização dos direitos sociais e avançar na materialidade de

La base jurídica y constitucional del sistema de misiones según la cual la educación y el trabajo impulsan el desarrollo pleno de los ciudadanos bajo la concepción de “Desarrollo Endógeno”. 2. Las misiones para producir acciones que al mismo tiempo que garanticen los derechos sociales, permitan la inclusión, en la producción y en el empleo, y también la inclusión política, garantizando la participación y el protagonismo en los asuntos públicos.

Com a Missão Sucre e a UBV, o governo direcionou a educação superior no país para a formação de profissionais vinculados às comunidades, o que explicita a função dessas missões no processo de transformação econômica, política e cultural da sociedade venezuelana. Em 2012, a Missão Sucre teve 212.352 graduados que beneficiaram-se dos programas de formação (INE, 2012).

Vale mencionar, por fim, a integração interna entre as Missões. Dos facilitadores da Missão Robinson, 70,3% são universitários oriundos da Missão Sucre, pois, como expressão do direito à educação já alcançado, eles têm o dever de contribuir com a educação dos demais (CALZADILLA, 2010)¹³.

Além disso, as Missões Educativas estão vinculadas às demais Missões Sociais, como a Missão Cultura que visa articular a

¹² Conforme entrevista concedida. Liliam Oropeza é responsável pela 1^a Brigada Internacionalista de Alfabetização Samuel Robinson.

¹³ Conforme entrevista concedida. Marisol Calzadilla é diretora-geral da Fundação Samuel Robinson, encarregada do Programa de Alfabetização e Pós-Alfabetização na Venezuela.

educação ao processo de democratização e massificação da cultura venezuelana. Logo, é parte de um movimento mais amplo, que ocorre em âmbito social naquele país.

Portanto, as Missões são programas que visam à democratização da educação, são estratégias efetivas diante da realidade da população que esteve, historicamente, à margem de diversos bens sociais, como educação, saúde, alimentação, habitação, comunicação, entre outros. E essa parcela da população que, por meio das Missões, tem acesso à ciência e à cultura, devido à nova geometria do poder, que permite mecanismos distintos de participação, inclusive na formulação de políticas.

Considerando a realidade daquele país, conforme Muñoz, Morales e Díaz (2007, p. 2), “el Estado venezolano a través de sus políticas públicas manifiesta como objetivo alcanzar la justicia social basada en la inclusión social, para disfrutar los derechos, disminuyendo las inequidades y priorizando necesidades sociales”. E, para os autores, “las reformas educativas que se están implementando en Venezuela se inclinan entre la universalización del conocimiento, la identidad cultural y la búsqueda de una mayor equidad social.” (MUÑOZ; MORALES; DÍAZ, 2007, p. 10).

Não podemos dizer que essas Políticas Educacionais são ações focalizadas, pois:

El propósito que la nutre es el de cerrar las profundas diferencias en el manejo de los bienes educativos a través del acceso social abierto a todos los niveles de la organización escolar [...] Es el fundamento

de la política, dirigida a favorecer condiciones de acceso, permanencia y promoción al conjunto de la población, lo que le otorga un alcance universalista (CASA-NOVA, 2007, p. 65).

Por conseguinte, por meio do Sistema Educativo Bolivariano, seja na educação em âmbito escolar ou na modalidade de educação de jovens e adultos, a Venezuela tem almejado e avançado na democratização da educação escolar.

Considerações finais

Este estudo procurou lançar luz sobre a democratização da educação escolar na Venezuela bolivariana. O processo de criação da educação bolivariana ainda é pouco conhecido fora daquele país, pois, para além de algumas referências mais gerais, as conquistas desse sistema educacional são desconhecidas no Brasil e, quando conhecidas em seu nível de acesso e de permanência, a pergunta de nossos interlocutores, reiteradamente, aparece: “Mas a educação lá tem qualidade?”.

A respeito da conjuntura econômica e política, a vinda do candidato a presidente da Venezuela ao Brasil, por duas vezes, e de deputados daquela burguesia importadora parasitária, que vieram em busca de apoio na oposição brasileira ao governo Dilma, alimentou ainda mais os meios de comunicação na América Latina de desinformação, meias verdades, omissão de fatos e inverdades sobre aquela realidade. Diante disso, é preciso socializar, para além das fronteiras venezuelanas, as contribuições consideráveis dadas por esse país, no sen-

tido de superar problemas históricos comuns que assolam as nações latino-americanas, bem como explorar suas contradições e limitações.

Assim, ao longo do estudo, analisamos o processo de democratização da educação escolar na Venezuela, a partir da implantação do Sistema Educativo Bolivariano, e perseguimos a implementação do direito à educação, traduzido e efetivado na prática por meio de programas de grande impacto social, tais como as Escolas Bolivarianas e as Missões Educativas, ambas dentro da perspectiva da educação bolivariana.

No âmbito educacional, esse sistema, diferentemente do que estava instituído naquele país antes de 1999, incorpora milhões de crianças, jovens e adultos que, sem os planos, projetos, políticas e ações efetivados pelo Estado venezuelano, estariam à margem da escola. Os delineamentos da Política Educacional, na contramão do neoliberalismo, materializam-se em acesso, permanência e conclusão nos níveis e modalidades do sistema educativo, em articulação com programas e projetos não convencionais de oferta educativa, tais como as Missões Educativas e o próprio sistema como um todo, que vigeu, inicialmente, em paralelo ao convencional.

De acordo com os aspectos anunciados e discutidos ao longo do texto, entendemos que a Venezuela parece abrir uma janela histórica, com possibilidade de efetivação, da antiga promessa burguesa do direito à educação. Isso se deve pela expansão da matrícula pública em geral e pela conclusão do ensino, com o aumento, em alguns anos, e direcionamento dos recursos financeiros – embora, em um quadro geral,

houve diminuição do investimento em educação na Venezuela – bolsas de estudo, eliminação de pagamento de matrícula, entre outras medidas, como o uso do texto único, o programa de alimentação escolar, a construção de escolas e o desenvolvimento do programa Canaima.

Dados quantitativos de acesso, permanência e conclusão do ensino em vários níveis transparecem um incremento relevante e relativo em prol da democratização da educação escolar, se os compararmos aos de outros países da região. Na educação universitária, por exemplo, há um aumento bastante significativo, principalmente se visto, comparativamente, com a realidade educacional de outros países latino-americanos, que estão bem abaixo nesses índices e onde a educação superior permanece muito elitizada.

Além disso, houve melhoria no acesso e nas condições para a permanência e, a partir da incorporação massiva, o país começa a discutir a questão da qualidade, pois ela só tem sentido quando resulta do processo de busca efetiva da universalização, caso contrário, será restrita e limitada. Também é fato que com a expansão massiva de matrículas no ensino superior, a ausência de políticas de formação de professores, a escolha dos estudantes a qualquer programa ou curso nesse nível e a necessidade de manutenção de salários adequados para todos os docentes universitários – quando eram apenas as cinco Universidades Autônomas e vinte e sete Universidades Experimentais –, associados ao aumento constante da inflação, com a conjuntura de golpes eminentes, evidencia-se uma retração da pesquisa e produção do conhecimento. Mas, vale

destacar, que a Venezuela, mesmo antes de Chávez, não era destaque de grande produção científica na região.

Em resposta a problemas educativos, que são da alçada e de solução conjunta do povo venezuelano, e na relação entre educação e democracia, a Resolução 058, de 16 de outubro de 2012, estabelece a normatização e o funcionamento do Conselho Educativo e tem como finalidade “democratizar la gestión escolar, con base en el modelo sociopolítico de la democracia participativa y protagónica” (VENEZUELA, 2012, p.1). Trata-se de uma instância executiva, da comunidade educativa, organizada em comitês de trabalho: de mães, pais, representantes e responsáveis; de acadêmicos; de segurança e defesa integral; de comunicação e informação; de ambiente, saúde integral e alimentação; de educação física e desporte; de cultura; de infraestrutura e espaço escolar; de estudantes; de controladoria social; e outros que forem considerados pertinentes.

O Conselho Educativo tem caráter social, democrático e é corresponsável pela gestão das políticas educacionais em articulação inter e intrainstitucional. No início de 2014, o Conselho suscitou amplo debate em âmbito nacional, em razão da consulta pela qualidade educacional, a partir de temas centrais, cujos resultados foram apresentados no final do mesmo ano.

Esse fato político-pedagógico, com participação social, possibilitou a realização de um panorama da educação venezuelana, seus dados e um mandato para a formula-

ção das políticas. E esse é um debate importante e atual, pois deixa entrever novidades em relação à elaboração curricular; à concepção que norteia o ensino; e ao governo da educação, ligado ao entendimento de Estado Docente presente na LOE/2009, que trata da expressão jurídica da vontade do Estado, como orientação marco da educação venezuelana.

Em relação ao currículo, talvez vá ao encontro dos apontamentos de Casanova, Caraballo e Rama (2009) e seja definido a partir de uma pedagogia social, que busque as raízes e o pensamento pedagógico latino-americano. Por meio dessa pedagogia, o educador é importante em seu rol de horizonte político e transformador desde o social, em prol da maioria, pois a educação é um “fenómeno colectivo, y, como tal, está regido por las normas fijadas por el grupo social”, é “una necesidad de la totalidad; y es por ello que el Estado determina los medios para satisfacerla [...] como función pública esencial de la colectividad” (FIGUEROA, 2006, p. 38).

A educação escolar é mediatisada pelo movimento das relações sociais. O Conselho Educativo e o conceito de Estado Docente, que tem a reitoria educacional, intervêm, direcionam a educação e estão vinculados à soberania. Assim, o Estado venezuelano cumpre, também nesse momento da história, seu papel hegemônico, direcionando a educação escolar no país, pois a educação bolivariana implementada nos governos Chávez é parte do projeto de nação orientada para refundar a república e direciona-

se para a superação do capitalismo, não podendo ser compreendida isolada desse contexto.

Além disso, pode-se verificar que a perspectiva de avanços substanciais na democratização da educação escolar está estreitamente vinculada à democratização das relações estabelecidas no interior da sociedade venezuelana. Em outras palavras, objetiva-se que o povo tenha acesso à saúde, à alimentação, à habitação, ao lazer, ao trabalho, à nova geometria do poder e às diversas dimensões da vida humana, portanto, esse processo democrático não é neutro nem descompromissado.

Mas, nesse processo em curso, os desafios enfrentados e os limites a serem superados são muitos. A situação atual é de penúria social e de intensificação, por parte da mídia internacional e local, de divulgações de vinculação da revolução Bolivariana com o terrorismo (supostas fotografias, feitas por satélites, de acampamentos das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia em território venezuelano); com o narcotráfico (na Organização dos Estados Americanos, associada à rota do narcotráfico para os Estados Unidos); ou com o relacionamento econômico e diplomático com países como Líbia, Síria e Irã, considerados ditadores e inimigos do Ocidente. Somado a isso, a extensiva propaganda negativa também esteve articulada às eleições legislativas de 2010, contando com financiamento estadunidense clandestino e oficial da Secretaria de Estado norte-americano, tendo em vista a possibilidade de Chávez perder a maioria de 2/3 e, em decorrência disso, não poder alterar a Constituição para aprofundar o projeto revolucionário bolivariano.

Com a doença de Chávez anunciada em 2011, a manutenção de sua candidatura e sua vitória em 2012, sua morte em março e a vitória de Maduro, por uma margem percentual pequena em relação ao candidato da direita, deflagrou-se um conjunto de ações para desestabilizar a economia e a tomada de poder. Dentre as ações, houve o desabastecimento de alimentos, remédios e insumos em geral, agravado, em muito, pela condição histórica – que manteve-se, inclusive, nos governos Chávez – de importação de 70% a 80% de todo consumo na Venezuela. Neste ano de 2014, a inflação de, aproximadamente, 50% e a polarização mais acirrada alimentam na oposição, mesmo fragmentada, a concretização de um golpe político enraizado na insatisfação do povo e de parte da classe média.

A partir do que foi exposto, entende-se que a lição que não pode ser transplantada, mas que, metodologicamente, poderia orientar o Brasil, é que, ao tratar de forma diferente os diferentes e visando atacar os problemas gerados por governos extremamente excluidentes e subordinados, servilmente, à macroeconomia, ocorre, ao mesmo tempo, uma concentração de capital sem precedentes que, de forma inversamente proporcional, aumenta a fome, o desemprego, a epidemia de doenças simples de serem controladas e, em consequência, a descrença na humanidade. Por conseguinte, a saída para os nossos problemas não vem de fora, mas do próprio movimento da América Latina: seus povos despertam. Criam mais, repetem menos. Nesse movimento, a Venezuela parece encontrar um caminho para a construção de outra história social e educacional para o seu povo.

Referências

ÁLVAREZ, Ángel. E. La reforma del Estado antes y después de Chávez. In: ELLNER, Steve.; HELLINGER, Daniel (Ed.). **La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto.** Caracas: Consejo de Investigación de la Universidad de Oriente/Editorial Nueva Sociedad, 2003.

ARAQUE, Alí Rodríguez; ROJAS, Alberto Müller. Ideas socioeconómicas y políticas para debatir el socialismo venezolano. In: MAYA, Margarita López (Ed.). **Ideas para debatir el Socialismo del Siglo XXI.** Caracas: Editorial ALFA, 2007.

AVN. Unesco: Venezuela es el quinto país del mundo en tasa de matriculación universitaria. Caracas, 17 sept. 2010. Disponible em:
<<http://www.avn.info.ve/node/17962>>. Acesso em: 23 set. 2010.

BRICEÑO, Mercedes Pulido de. La Constitución de 1999 e los derechos sociales. In: MAINGON, Thais (Coord.). **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela.** Caracas: CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000.

CALZADILLA, Marisol. **Entrevista concedida a Débora Villett Zuck e Francis Mary Guimarães Nogueira.** Caracas, 21 out. 2010.

CASANOVA, Ramón. **Para una cartografía de las ideas de la transición venezolana:** conversaciones sobre proyecto nacional, Estado y política social. Caracas: Ediciones FEGS, 2007.

CASANOVA, Ramón. **Desigualdad educativa, población y desarrollo:** exploraciones para el escenario de la Venezuela de comienzos del siglo XXI. Caracas: Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA), 2008.

CASANOVA, Ramón; CARABALLO, Darwin; RAMA, Verónica Carrodeguas. **Escuela y cultura democrática:** aprendiendo valores en la educación inicial. Caracas: CENDES-UCV, 2009.

FIGUEROA, Luis Beltrán Prieto. **El Estado docente.** Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2006. (Colección Claves de América, n. 30).

GAJARDO, Marcela. **Reformas Educativas en América Latina.** Balance de una década, n. 15. Santiago de Chile: Preal, 2000.

GIORDANI, Jorge. A. C. **La transición venezolana al socialismo.** Caracas: Vadell Hermanos Editores, 2009.

INE. **Indicadores Sociales:** 2000/01 – 2011/12. 2013. Disponible em:
<<http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/Educacion/pdf/IndicadoresEducativos2000-2012.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

INE. **Indicadores Sociales:** Misiones. 2012. Disponible em:
<<http://www.ine.gov.ve/documentos/Social/Educacion/pdf/IndicadoresEducativos2000-2012.pdf>>.

cial/Misiones/pdf/Misiones_enero2013.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

JÁUREGUI, Luis Bravo. La educación en tiempos de Chávez: una revisión crítica y académicamente orientada del proceso de la educación nacional a partir de 1999. Venezuela: El Nacional, 2006. p.7-84.

MAINGON, Thais. La concepción de política social en la Constitución de la república Bolivariana de Venezuela. In: MAINGON, Thais. **La cuestión social en la Constitución Bolivariana de Venezuela.** Caracas: CENDES-UCV: Editorial Torino, 2000.

MUÑOZ, Ingrid Karina Núñez; MORALES, Eduviges; DÍAZ, Irene. El replanteamiento de las políticas educativas en Venezuela. **Gaceta Laboral**, Maracaibo, v. 13, n. 3. dic. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-85972007000300004&lng=es&nrm=iso&tln=g=es>. Acesso em: 24 maio 2010.

OBEDIENTE, Mario Sanoja. El humanismo socialista venezolano del siglo XXI: notas para el debate. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2008.

OROPEZA, Liliam. Entrevista concedida a Débora Villetti Zuck e Francis Mary Guimarães Nogueira. Caracas, 21 out. 2010.

OSZLAK, Oscar. De menor a mejor: el desafio de la segunda reforma del Estado. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 160, 1999.

PORTAL Educativo Nacional. Ministra del Poder Popular Para la Educación presenta logros y avances en materia educativa, ante diputados y el pueblo. Venezuela, 11 feb. 2011. Disponível em:<http://www.portaleducativo.edu.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=1311&Itemid=91>. Acesso em: 1 fev 2011.

RATJES, Rubén Reinoso. Cambio en la Escuela Currículo. Venezuela: CIM, 2009.

ROCHA, Mirella Farias. Participação Popular nas Políticas Socioassistenciais na América Latina: estudo comparativo entre Brasil e Venezuela. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFSC, Florianópolis-SC, 2009.

ROJAS, Armando; ALVARADO, Carlos. La inclusión en Venezuela, fuente fundamental de cohesión social. 2005. Disponível em: <<http://eeas.europa.eu/lac/vienna/speeches/rojas.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

SISOV. Cobertura del Sistema: tasa neta de escolaridad por nivel educativo. 2011a. Disponível em: <http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0106600000000>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SISOV. Inversión pública en educación como porcentaje del PIB. 2011b. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0401400000000>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SISOV. Tasa de deserción por nivel educativo. 2011c. Disponível em: <[http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED0201000000000000](http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED02010000000000)>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SISOV. Tasa de repitencia por nivel educativo. 2011d. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED02011000000000>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SISOV. Tasa de prosecución por nivel educativo. 2011e. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/ED02012000000000>>. Acesso em: 26 fev. 2011.

SISOV. Inversión pública social como porcentaje de la Inversión pública total. 2011f. Disponível em: <<http://www.sisov.mpd.gob.ve/indicadores/GA01007000000000>>. Acesso em: 26/02/2011.

SISOV. Tasa neta de escolaridad por nivel educativo. 2014a. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/indicadores/ED01066000000000>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SISOV. Inversión pública en educación como porcentaje del PIB. 2014b. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/indicadores/ED04014000000000>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SISOV. Tasa de deserción por nivel educativo. 2014c. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/indicadores/ED02010000000000>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SISOV. Tasa de repitencia. 2014d. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/indicadores/ED02004000000000>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SISOV. Tasa de prosecución por nivel educativo. 2014e. Disponível em: <<http://sisov.mppp.gob.ve/indicadores/ED02012000000000>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SOLIS, Luis Rubilar. La revolución bolivariana y la educación en Venezuela. Santiago, Chile: UMCE, 2005. Disponível em: <http://www.umce.cl/luruso/la_revolucion_bolivariana_educacion_venezuela.doc>. Acesso em: 28 maio 2010.

UNESCO. Instituto de Estadística. Compendio mundial de la educación: comparación de las estadísticas de educación en el mundo. Canada: UIS, 2009. Disponível em: <<http://www.uis.unesco.org/Library/Documents/ged09-es.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2014.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. Gaceta Oficial, n. 5453E, 24 mar. 2000.

VENEZUELA. Ministerio de Educación y Deportes. Escuelas Bolivarianas: avance cualitativo del proyecto. Caracas: Grabados Nacionales, 2006.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. Diseño Curricular del Sistema Educativo Bolivariano. Caracas: Fundación Imprenta Ministerio del Poder Popular para la Cultura, 2007.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Educación. **Consulta nacional por la calidad educativa**: resultados. Caracas: MPPE, 2014. Disponível em: <http://www.cerpe.org.ve/tl_fi-les/Cerpe/contenido/documentos/Cali-dad%20Educativa/PRESENTA-Clu00D3N%20DEFINI-TIVA%20DE%20LA%20CON-SULTA%20POR%20LA%20CALI-DAD%20EDUCATIVA.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2014.

VENEZUELA. Resolución 058. **Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela**, Caracas, año CXL, mes I, n. 40.029, 16 oct. 2012.

VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y La Información. **No es poca cosa 10 años de logros del Gobierno Bolivariano**. Caracas, 2008.

VENEZUELA. Ley Orgánica de Educación. **Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela**, Caracas, año CXXXVI, mes XI, n. 5929, Extraordinario, 15 ago. 2009.

VENEZUELA. **Estructura del Estado**. Caracas, 2010. Disponível em: <http://www.gobiernoenlinea.ve/estructura_edo/estructura_edo.html>. Acesso em: 25 mar. 2010.

VENEZUELA. **Misiones**. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/home/misiones.dot>>. Acesso em: 15 abr. 2014.